

Ex-governante sul-africano encoraja adopção de política contratual em África
11/05/2009

A adopção de uma política contratual pelos países africanos poderá ampliar mais ainda as possibilidades do tão almejado crescimento e desenvolvimento do continente, defende o ex-ministro sul-africano das Empresas Públicas (2004-2008), Alexandre Erwin.

Numa comunicação apresentada na capital senegalesa, Dakar, Erwin observou que o nível de desenvolvimento alcançado por economias avançadas como o Reino Unido e os Estados Unidos resultou primordialmente da adopção de uma política de celebração de contratos públicos.

“A política contratual está consagrada na Constituição da África do Sul, e todo aquele que transgredir a lei da celebração de contratos públicos vai para a cadeia”, exemplificou Erwin diante duma audiência constituída por altas personalidades africanas e estrangeiras, entre ministros, diplomatas e outros delegados às Assembleias Anuais do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Segundo ele, a política contratual pode ser aplicada aos níveis local, provincial, estatal e empresarial e que o mais importante é a forma como ela é gerida.

Erwin, economista e docente universitário de 61 anos de idade, admitiu que possam existir diferenças entre a filosofia sul-africana neste domínio e aquilo que o BAD pensa adoptar nas suas operações, mas diz acreditar que as regras básicas de justiça, transparência, eficiência de custo e concurso competitivo “mantém-se aplicáveis”.

O ex-governante sul-africano, que falava à margem das Assembleias Anuais do BAD de 2009 organizadas em Dakar de 10 a 14 de Maio corrente, explicou que a inclusão da política contratual na Constituição do seu país é uma forma de “acção afirmativa” pois visa ajudar no crescimento das companhias detidas por negros no país.

Para Erwin, a experiência sul-africana é útil e oportuna para o BAD que está empenhado em realizar reformas institucionais para consolidar as suas operações, uma vez que os contratos públicos constituem um dos processos fundamentais para os empréstimos do Banco aos governos e às empresas.

A carta do BAD exige que os recursos destinados a projectos e programas financiados por esta instituição sejam usados apenas para os fins pelos quais os mesmos foram aprovados. O texto impõe igualmente que seja prestada a devida atenção ao factor económico e de eficiência nos processos contratuais relativos às acções financiadas pelo Banco.

Nesta conformidade, o Banco prefere os processos contratuais mais abertos e competitivos na obtenção de bens, obras e serviços, não admitindo quaisquer influências ou considerações políticas ou outras de carácter não económico.

A este propósito, Erwin lembrou que, em 2005, a África do Sul privilegiou a competitividade na celebração de contratos para novos projectos energéticos,

portuários e do Mundial de 2010, onde o concurso público “esteve aberto a todos os países africanos”.

Contacto
Yvan Cliche